



Avença
Proprietário: *Dr. Ernesto Lacerda*

Orgão nacionalista, defensor dos concelhos do Norte do Distrito de Leiria
Director: *Dr. Joaquim Alves Tomás Morgado*

10 de Fevereiro de 1968
Chefe da Redacção: *Prof. A. Paula Santos*

ANO XVI — REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMP. E IMP.: OFICINAS GRÁFICAS DA MINERVA CENTRAL - FIGUEIRÓ DOS VINHOS - TELEFONE 7 — N.º 363

A NOVA LEI DO SERVIÇO MILITAR

Como tem sido amplamente divulgado, a Assembleia Nacional ocupou-se nos últimos dias da nova lei do serviço militar.

Relativamente às reinspecções, esclarece-se imediatamente que elas incidem só nos indivíduos que ficaram isentos na inspecção obrigatória, podendo fazer-se até aos 45 anos.

Não quer, porém, isto dizer que todos os isentos venham a ser reinspeccionados, pois essa possibilidade concedida às instituições militares visa, fundamentalmente, o preenchimento de necessidades das Forças Armadas em especialidades nas quais elas são mais carecidas, como acontece com os médicos, os veterinários e os farmacêuticos.

Um lavrador, um alfaiate, um motorista, etc. não interessará, do mesmo modo, e a hipótese de chamada á reinspecção será, então, francamente remota, se não nunca concretizada, como aliás se verifica mesmo em época de campanha como é a que Portugal está a atravessar.

Dois aspectos da nova lei do serviço militar, que a Assembleia Nacional tem estado a apreciar e a aprovar na especialidade, suscitaram no grande público, algumas dúvidas de interpretação que importa esclarecer, fazendo-o aliás, através da própria letra do diploma, mas juntando considerações de informação e percepção mais corrente á generalidade dos leitores. São esses aspectos os referentes ao tempo normal do chamado serviço militar, naquilo que a aceção significa de presença efectiva nas fileiras e, por outro lado, o das reinspecções previstas até aos 45 anos de idade.

Dispõe o art.º 4.º da lei em causa que o período ordinário de serviço das Forças Armadas se inicia na data da incorporação e termina no dia 31 de Dezembro do ano em que se completam oito anos contados a partir daquela data. Daqui gerar-se na ideia de certas pessoas que o serviço militar efectivo, isto é, aquele que se passa nos aquartelamentos, em condições normais ou de mobilização, se prolongaria até aos ditos oito anos. Na verdade, assim não sucede.

Ao decidir-se que os mancebos façam o seu recenseamento aos 18 anos, não se pretende incorporar-los nessa idade nas Forças Armadas com carácter de obrigatoriedade.

Ao dar nessa altura o seu

nome para a tropa, o futuro recruta, para o caso de aprovação na inspecção médica, actua no sentido de tornar do conhecimento das autoridades militares indicações individuais que interessam a ambos, designadamente no que toca a habilitações literárias ou profissionais, mesmo que umas e outras porventura ainda numa fase de desenvolvimento.

Aos 20 anos surge a inspecção médica indispensável para avaliar a robustez física e nessa altura se completam as informações e se resolve em definitivo em que especialidade ou serviço os mancebos apurados, poderão servir com mais eficiência as Forças Armadas, exactamente de acordo com todas as suas aptidões conhecidas e ponderadas.

Relativamente ao período ordinário de serviço, os oito anos que a lei indica, envolve a instrução (seis meses) e a disponibilidade (que foi sempre de seis anos).

O tempo normal de serviço

— A TERCEIRA PÁGINA

«REGIÃO DE LEIRIA»

O nosso prezado colega « Região de Leiria », que se publica na Cidade do Lis, teve a gentileza de se referir no seu número de 27 de Janeiro ao nosso aniversário em termos cativantes que muito nos sensibilizaram e aqui transcrevemos.

Com a publicação do n.º 361, em data de 10 do corrente, entrou no XVI ano de publicação o conceituado e activo quinzenário de Figueiró dos Vinhos « O Norte do Distrito », que ao desenvolvimento e bom nome daquela laboriosa vila e sua região tem dado o melhor do seu esforço e cumprido com intenso brilho e pertinaz capricho o programa traçado desde o seu primeiro número.

De parabéns está pois, « O Norte do Distrito » na pessoa do seu ilustre director dr. Joaquim Alves Tomás Morgado e seus dedicados auxiliares, e felicitações merece a ridente, activa, salubre e acolhedora vila de Figueiró dos Vinhos, que « Região de Leiria » lhes apresenta na sinceridade da sua estima e nos votos de continuação de longa e próspera vida.

Ao ilustre director de « Região de Leiria » e seu corpo redactorial os nossos agradecimentos.

NOVO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

A fim de tomar posse do cargo de vice-presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, deslocou-se a Leiria no dia 6 do corrente mês o Sr. José Simões de Abreu, onde o Sr. Olímpio Duarte Alves, Ilustre Governador do Distrito o investiu naquele mandato.

Por vontade expressa do novo Magistrado Administrativo, aliás concordante com a simplicidade posta nos seus actos pelo próprio Presidente, a cerimónia revestiu-se de mera formalidade oficial mas de elevado nível patriótico.

Porque não se deu qualquer publicidade ao acto, os numerosos amigos do empossado não tiveram oportunidade de estar presentes pelo que se tornou privilégio de reduzido número de pessoas, assistir a tão curta como brilhante cerimónia de doutrina nacionalista e de ferverosa fé nos destinos do Concelho, do Distrito e da Pátria.

Feito o juramento pelo novo Vice-Presidente, procedeu à leitura da acta de posse o Sr. Dr. Almeida Trindade, Secretário do Govern. Civil.

Em primeiro lugar usou da palavra o Sr. Governador que depois de lembrar que já não

era a primeira vez que o Sr. José Simões de Abreu ia servir o seu concelho, pôs em relevo a sua anterior acção como vereador, presidente da Comissão Municipal de Turismo e procurador do Concelho à Junta Distrital, cargos que—disse—sempre desempenhou com competência.

Afirmou ainda sua Excelência que gostando de todos os concelhos, tem por Figueiró uma simpatia especial, enaltecendo então as belezas naturais da nossa terra com amáveis palavras que emocionaram os figueiroenses ali presentes, agradecendo por fim ao Sr. Simões de Abreu a aceitação do convite e aos presentes a sua comparência áquele acto.

Seguiu-se na pequena mas qualificada série de discursos o Sr. Dr. Henrique Lacerda, presidente do nosso Município que depois de salientar as qualidades de carácter do empossado, como homem e como figueiroense, amante da sua terra, dissertou sobre as dificuldades de administrar um concelho pobre como o nosso que só a fomentação de novas indústrias—afirmou—conseguirá elevar Figueiró a um nível que todos desejamos, mas

— A QUARTA PÁGINA

O VENENO PROGRESSISTA

PELO DR. ANTÓNIO DA FONSECA

No dia 28 de Janeiro findo, veio a lume nos jornais um comunicado da assembleia plenária da Conferência Episcopal da Metrópole, a qual assembleia tratou de vários assuntos, como, por exemplo, a fundação da Universidade Católica e a criação do Conselho Nacional das Missões. Este tem por fim estruturar e dinamizar o movimento missionário em Portugal, de modo que nós todos contribuamos para o florescimento das nossas missões ultramarinas, dado que nem todos os nossos irmãos de cor, do nosso Ultramar, conhecem o verdadeiro Deus e a verdadeira Religião.

Nesse mesmo comunicado, lê-se, digamos que uma queixa da assembleia referida, e neste teor: — A assembleia mostrou-se preocupada com o facto de estar a ser difundida, nomeadamente em editoriais e distribuidoras, que pretendem estar ao serviço do pensamento católico, certa literatura que, pela ambiguidade, falta de ortodoxia ou segurança doutrinária e maneira de levantar problemas, se está a revelar desorientadora. Isto, por outras palavras é o mesmo que dizer: — acautelem-se os católicos, verdadeiros católicos, dos que, sendo ou chamando-se católicos, se dizem enfaticamente progressistas, ou sejam, na verdade:—católicos

rebeldes à autoridade da Igreja; católicos que se julgam no direito de dar lições à Igreja e à sua Hierarquia; católicos com ideias políticas muito semelhantes às do maçonismo; católicos, entre nós, inimigos da Ordem Nacional que Portugal deve a Salazar; católicos de que o Comunismo se serve, como seus espírios; católicos que andam de braço dado com o Maligno. A queixa da assembleia é peremptória, embora o não pareça:—os ditos progressistas envenenam subtilmente, com a manha que o Inferno lhes inspira.

Refere-se ainda a queixa á « crescente facilidade de costumes e ao menosprezo ou negação de princípios da Moral cristã ». Eis outra habilidade do Maligno e daqueles que o servem, outra habilidade, portanto, do progressismo como também do comunismo. E porquê? Toda a gente sabe que a melhor maneira de forjar inimigos da Ordem Cristã (Ordem Natural e Humana) é arrancar do coração humano o pudor, em nome da proclamada liberdade, sinónimo de licença sem limites. Já assim era com o maçonismo, como é que não havia de ser também com o comunismo e até com o progressismo, dado que este, por exemplo, canoniza o despudor?

ANTOLOGIA DE POETAS

Sete anos de pastor Jacob servia
Labão, pai de Raquel, serrana bela;
Mas não servia ao pai, servia a ela,
E a ela só por prêmio pretendia

Os dias na esperança de um só dia
Passava, contentando-se com vê-la;
Porém o pai, usando de cautela,
Em lugar de Raquel lhe dava Lia.

Vendo o triste pastor que com enganos
Lhe fora assi negada a sua pastora,
Como se a não tivera merecida,

Começa a servir outros sete anos,
Dizendo: — Mais servira, se não fora
Para tão longo amor tão curta vida.

SÉCULO XVI

Luís de Camões

GUERRA E PAZ

O ano de 1968 começa sob o signo da Guerra, pelo menos sob o signo de muitas guerras. Está ainda em armistício a guerra da Coreia; não se vê próxima a paz no Médio Oriente; há meia dúzia de anos que se encontra em guerra civil o Iémen; e a terrível guerra do Vietnã apenas agora teve mais uma vez brevíssima tré-gua, que não chega para os ho-mens compreenderem que existe a paz e que a paz é possível. Paulo VI insiste angustiado pela paz; à necessidade e possibilidade da paz dedicou a sua alocução de Natal e instituiu para o dia primeiro do Ano o « Dia da Paz ». E todos os chefes dos povos, todos os po-líticos falam da paz. Mas, como se lê na Bíblia, de que serve es-tar a paz nas palavras, se não está nos corações.

Por brevíssimo tempo se cala-ram as armas no Vietnã. As hostilidades recommencaram logo e mais renhidas que nunca. Para assistir às exéquias do malogrado presidente Holt, aquele chefe do governo australiano, que morreu talvez abocanhado por um tuba-ção, quando praticava a pesca submarina, foi o presidente Joh-son a Canberra. Ali se encontrou com chefes de Estado e de go-verno com ele associados na cam-panha anticomunista do Sudoeste Asiático. Anunciou-se que ali se realizaria em seguida entre to-dos uma conferência de alto ní-vel para troca de impressões a res-peito da guerra. Não se realizou em tão severo sigilo que nem se-quer o costumado e insignificati-vo comunicado oficial de uso se deu à informação. E' que pro-avelmente nenhum tinha nada a dizer a respeito do conflito, de que não se entrevê saída.

Depois de Canberra foi Johnson ao Vietnã. Em 22 o seu avião pousou na base americana de Korat, na Tailândia. Daquela base partiu Johnson para a de Cam Rahn, no Vietnã do Sul, onde se avistou com o general Westmore-land, comandante-chefe do exér-cito de 540 000 homens que os Estados Unidos têm na campanha

contra o comunismo, que há mais de seis anos obrigou a grande potência a acudir aos seus ali-ados de Bangcoque. Em ambas as bases e na visita aos feridos em tratamento no hospital de guerra de Cam Rahn fala o pre-sidente dos Estados Unidos acer-ca do que significa a presença dos soldados americanos naquela guerra. Mas não tinha nada a dizer quanto às conversas priva-das que teve com Wilson e com os chefes dos países da América do Norte. E não haver nada a dizer significa não se haver feito progresso algum na situação mi-litar, nem na situação política.

SENA

Agradecimento

A família de Hermínia de Jesus Ladeira, vem por este meio agradecer respeitosa e reconhecidamente ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Manuel Alves da Piedade o cuidado e amabilidade com que tratou a inditosa e querida familiar.

Aproveita também a oportu-nidade de agradecer a todas as pessoas que por qualquer forma se interessaram pelo seu estado, durante a doença que a vitimou e ainda o seu inde-lével reconhecimento de grati-dão a todos os que acompa-nharam à última morada.

Assine este JORNAL

SEGUROS

Automóvel, Responsabili-dade Civil, Fogo, Acidentes de Trabalho Agrícolas e todos os ramos autorizados por lei.

Irolinda Nunes Curado—
Telefone 34—Figueiró dos Vinhos.

TRILHO Y BLANCO

MÉDICO-ESPECIALISTA

Ouvlidos-Nariz-Garganta

Consultas no Hospital de Figueiró dos Vinhos, nas 1.^{as} e 3.^{as} quartas-feiras de cada mês, às 9^h 30^m.

SINGER

MÁQUINAS DE COSTURA

Aspiradores — Encera-doras — Ferros Eléctri-cos — Fogões a Gás — Frigoríficos Máquinas de escrever — Máquinas de lavar roupa — Máquinas de tricotar — Panelas de pressão — Rádios tran-sistorizados

ASSISTÊNCIA SINGER

AGENTE:

Ernesto Silva Rosalino
Rua Dr. Manuel Simões
Barreiros

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

VENDEM-SE

Mobílias sala de jantar Henrique II de quarto e outros móveis.

Informa Farmácia Serra.
FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Agência Central de Contabilidade

em

Figueiró dos Vinhos

A cargo de

António da Conceição Campos

Equipada com Técnicos de Contas inscritos na D.G.C.I. e sistema mecani-zado.

Executa toda a escrita comercial ou industrial.

SALAO ROSA

Continua à disposição das suas Ex.^{mas} clientes.

FILOMENA ROSA

TELEFONE 172

FIGUEIRO DOS VINHOS

SEGUROS

Efectuam-se de Pinhais e em todos os ramos.

JOAQUIM DE MATOS PINTO
Figueiró dos Vinhos.

Encomende à Tipog-rafia deste jornal os impressos de que ne-cessite.
Ficará bem servido.

Vendem-se

Banheira de ferro fundido esmal-tada com boa dimensão; e um óptimo lavatório.

Quem pretender deve dirigir-se à Rua Major Neutel de Abreu, perto da Estação de Serviço Shell nesta vila a Joaquim da Silva.

Atentado à liberdade dos Mares

Referindo-se ao facto de um barco de guerra britânico ter pre-tendido evitar que um petroleiro francês, ido de Lourenço Marques para a cidade da Beira o «Diário da Manhã» sob o título «Violação da liberdade dos mares», escre-ve:

«O acto cometido por um na-vio de guerra inglês no canal de Moçambique foi grave em si mesmo, posto o não tenha sido nas suas consequências. Foi um acto de agressão, restrito, é certo, à fase cominativa, mas dentro de um processo de agravo e violên-cia. Quando isto é praticado em nome de um país ou de outra entidade colectiva da qualidade moral e responsável, proclamado-res solenes dos desejos de paz e da mesma defensores; não é a contradição dos actos com as palavras que perturba a consciên-cia dos homens. É o perigo que a sobressalta.

Para mais é de considerar, além de circunstâncias de outra ordem, que o combustível trans-portando no pitoleiro francês se destinava a consumo da Beira e só da Beira, para fins rigorosa-mente determinados. Sabia-se antecipadamente que esse combu-stível não podia ser posto e transportado no pipe-line que ser-via a Rodésia.

Depois, ainda, toda a gente que anda pelos caminhos do indico sabe que o barco ameaçado e outros semelhantes têm ido á Beira frequentes vezes, para abas-tecimento daquela cidade portu-guesa, sem que nunca tivesse acontecido, nem aliás devia acon-tecer, qualquer ameaça. Também não seria desconhecido que parte do combustível transportado no petroleiro francês era proveniente de Lourenço Marques. Quer isto dizer que, não obstante o facto haver ocorrido fora das nossas águas territoriais, se tratava de um transporte de cobotagem, de tráfego interno da província de Moçambique.

É certo que foram apenas qua-tro tiros de intimidação e que os projecteis não atingiram o petro-leiro. Nem por isso, todavia, deixa de confirmar a gravidade. Em primeiro lugar, pelo perigo

a que se expôs um pacífico trans-porte de mercadorias. É fácil haver um factor imprevisto que muda a trajectória calculada, um simples golpe de mar que desvia a posição previsível do navio, e o tiro atingir o petroleiro e fazê-lo explodir. Em segundo lugar, por representar um atentado à liber-dade dos mares, cometido contra um navio navegando para fins inocentes, em qualquer circuns-tância, mesmo para quem se obstinasse na aplicação de sanções, fora dos obectivos admissíveis para alvo dos canhões de navio de guerra.

VENDEM-SE

os seguintes prédios:

Um conjunto de casas situ-adas nesta vila a confrontar do nascente e sul com José Si-mões Barreiros Júnior, poente com a rua da Alegria, norte com a rua da Fonte Nova.

Terreno com mato e pinhei-ros, sobreiros e eucalípetos ao covão do Mendo, limites do Carapinhal

Terreno com mato e pinhei-ros ao Val da Trabeia limites da Ervideira.

Terreno com mato e pinhei-ros ao Alto da Serra, limites da Ervideira.

Terreno com mato e pinheiros ao Circo limites desta vila.

Terreno com mato e pinhei-ros aos Gonçalves ou Co-vão, limites da Castauheira.

Terrenos Com oliveira^s e pinheiros à Tapada limites desta vila.

Terrenos com mato e pi-nheiros ao Mortologo (Vale das Zebras)

Terreno com Oliveiras e pi-nheiros ao vale dos Chãos on Porada.

Tratar com o Advogado J. Alves Morgado

CELESTE

CABELEIREIRA

RUA DA Figueiró
CADEIA dos Vinhos

Alugam-se

Café com suas dependências e uma moradia no sotam do lado esquerdo, na Rua Major Neutel de Abreu, próximo da (Shell), um dos melhores locais desta vila.

Quem pretender dirija-se ao seu proprietário

JOAQUIM DA SILVA

TERRABELA-HOTEL

UM DOS MELHORES DA PROVÍNCIA

INSTALAÇÕES MODERNAS

BAR — CAFE — RESTAURANTE — BILHARES



Serviços de Casamentos e Baptizados

PREÇOS ESPECIAIS



FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Telefone PBX — 50

Stand de automóveis

e Camions

EM

Figueiró dos Vinhos

DE

Barreiros (Irmãos), L.^{da}

Vendedores autorizados dos carros VOLKSWAGEN e camions BARREIROS e DODGE

Automoveis usados de todas as marcas com garantia

Oficina de reparações em automóveis

Compra, venda e troca de automóveis

Carros de aluguer

Telefone 184

Apartado 12

O Planeamento e o Sector do Turismo

Por Dr. Alfredo de Magalhães Coelho

Continuação

IV

Terminando em 1964 a vigência do II Plano de Fomento que, desde 1959, norteou a acção governamental no que repete ao planeamento do desenvolvimento económico e social do espaço nacional, o Governo concluiu não possível preparar, logo, um III Plano de Fomento, pois reconheceu-se a existência de certos condicionamentos cujas repercussões, directas ou indirectas, não poderiam ser ainda avaliadas com segurança, como seja, por exemplo, o futuro da integração económica europeia e os problemas decorrentes do processo de integração do espaço económico português — isto sem falar das contingências de um esforço de defesa ao qual somos obrigados.

Assim, na medida em que algumas das linhas básicas em que deveria assentar uma política de desenvolvimento a largo prazo se apresentam ainda imprecisas, foi elaborado um plano trienal — Plano Intercalar de Fomento para o período 1965-1967 — para servir de elo de ligação entre o II e o III Planos de Fomento.

Com a decisão do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos de consagrar no referido Plano Intercalar um capítulo ao sector do Turismo inicia-se uma nova fase do turismo português, pois, para além da série de factores de atracção que Portugal possui baseados no clima, na topografia variada do País, no património histórico e cultural, no folclore, na mesa, na ordem pública e na hospitalidade das suas gentes, aceita-se como realidade irrefutável a importância que a expansão do turismo tem, e virá a ter, no desenvolvimento económico-social do território português.

Simultaneamente, ao atribuir-se alta prioridade aos investimentos a realizar no sector, concedeu-se à actividade turística a distinção de valioso instrumento operacional, que, mediante a obtenção de disponibilidades cambiais necessárias à liquidação das despesas com importações de bens e serviços, poderia prestar um notável contributo para a manutenção da estabilidade financeira interna e da solvabilidade exterior da moeda nacional — uma das condições para a realização do objecto fundamental atribuído ao Plano Intercalar de Fomento, ou seja a aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional e sua melhor repartição.

Acresce que o turismo, para além da sua alta importância no campo económico e social, atinge igualmente grande relevo sob o ponto de vista político, na medida em que permitirá que turistas oriundos das mais variadas regiões do globo vejam, com os seus próprios olhos, e compreendam melhor, com os seus próprios sentidos, a posição de Portugal como Nação dimensionada à escala multi-racial e pluri-continental.

Os valores apurados quanto ao desenvolvimento da actividade turística no período 1954-1963 possibilitaram a determinação de estimativas para a previsão da evolução do fenómeno turístico, as quais conduziram, para o período de vigência do Plano Intercalar de Fomento, a um investimento turístico prioritário para

alargamento da capacidade hoteleira no valor de 1,5 milhões de contos.

Prevê-se ainda que o aumento constante da capacidade hoteleira necessária e das infra-estruturas complementares será acompanhado de investimentos, por iniciativa totalmente privada, naqueles serviços que se consideram como indispensáveis para satisfazer o acréscimo previsto da procura turística — restaurantes, cafés, estabelecimentos de diversões, instalações desportivas, etc.

Calculando-se que estes investimentos a realizar por iniciativa exclusivamente particular atinjam 0,6 milhões de contos, estima-se que o investimento total de 2,1 milhões de contos originará a criação de cerca de 33 000 novos empregos, o que tornará possível o objectivo fundamental da política de fomento turístico para o triénio do Plano, ou seja, a realização das condições necessárias para a satisfazer a procura externa e interna que se prevê.

Ainda no capítulo referente aos investimentos, sem indicação de valores, alinham-se vários empreendimentos a levar a cabo no que diz respeito a infra-estruturas urbanísticas, conservação e utilização de prais e arribas, monumentos nacionais e infra-estruturas de interesse económico geral.

DO BOLÉTIM C. TURISMO *Continua*

Duarte Assunção

Depois do cumprimento da sua missão em defesa da Pátria, regressou de Angola o Sr. Duarte Assunção brioso militar, filho do nosso amigo e assinante Sr. Raul Assunção, residente em Moçambique. Desejamos-lhe boas e merecidas férias.

SERVIÇO MILITAR

DA PÁGINA 1

efectivo abrange os períodos de instrução e nas fileiras e tem, portanto, a duração de dois anos, salvo quando lei especial fixe outra duração para um ramo das Forças Armadas ou para certas categorias do seu pessoal.

Há, por conseguinte, normalmente vinte e quatro meses (dois anos) de chamado serviço militar de facto (instrução e fileiras), a que se sucede a disponibilidade. Quando, como está a verificar-se actualmente por motivo das exigências sociais de defesa das nossas províncias ultramarinas, o tempo nas fileiras decorre em regra no Ultramar, e porque em tal caso ele não de dezoito mas de vinte e quatro meses, a instrução e as fileiras totalizam dois anos e meio.

Um exemplo concreto: um rapaz acaba a instrução dos seis meses e embarca imediatamente para uma província de além-mar, onde se manterá dois anos em serviço obrigatório, regressando então à Metrópole e sendo licenciado para efeitos de disponibilidade. Esta é hipótese mais corrente e dir-se-á melhor para cada soldado.

Mas admitamos aquilo a que chamaremos a pior hipótese quanto a maior tempo de serviço: feita a instrução, o jovem militar permanece em quartéis não os dezoito meses, mas unicamente dezassete, por exemplo, e portanto quase os dois anos do serviço normal, e precisamente quando os ia completar é mobilizado para o Ultramar, onde tem de manter-se em dois anos fixados para esse caso. Em tal hipótese, o período de serviço, atingirá um máximo de quatro anos. Contudo, como se acentua e se sabe, não é esta a normalidade, uma vez que o procedimento habitual é o embarque logo a seguir à instrução.

Igreja Matriz

de Figueiró dos Vinhos

Obras de Reparação

Quem conhecer um pouco de arte, ou tiver um bom gosto, de artista, ao entrar neste templo não pode deixar de louvar, pelos materiais aplicados e pelo estilo, os trabalhos realizados. E' pena ficarem tão caros, e serem morosos. Resolver-se-iam estas dificuldades, se os figueiroenses e amigos desta bela terra, participassem com a Direcção dos Monumentos Nacionais, nas despesas.

A Igreja ver-se-ia, em breve, totalmente modificada, tornando-se digna morada de Deus. Para já, convém que os prometedores cumpram os compromissos, e outros venham com generosas ofertas. Assim nada é caro, onde todos pagam, e os desejos de se ver a Igreja restaurada, serão satisfeitos.

PADRE BELARMINO SOEIRO

Segue-se uma lista de donativos na importância de 15 435\$00.

735\$00 Peditório feito pelo Senhor José Lopes nos lugares de Agrias (Grande e Pequena).

2500\$00 Sr. Francisco Rodrigues Ferreira.

2000\$00 Sr. Engenheiro António Paiva Motilli.

1500\$00 Sr. Antero Seguro.

1000\$00 Sr. Hermenegildo Q. Ferreira, Manuel Ferreira, Antonio Paiva Martins.

500\$00 Srs. José Gonçalves Ramos, Anónima, Dr. Manuel Alves da Piedade, Juvenal Augusto Mendes, José Pedro dos Santos, D. Aurea Agria, Aníbal da Conceição Santos, Criada anónima.

300\$00 Um anónimo

200\$00 Sr. Adelino Joaquim Coelho, Dr. Amílcar Agria.

100\$00 Sr. José da Silva (vila), Francisco Pedro, Anónima, José Fidalgo e Irinão, Horácio dos Santos Oliveira, João Simões Moraes, Artur Mateus.

50\$00 D. Emilia da Conceição A. Mendes, D. Ema, D. Maria do Ceu de J. Almeida, D. Angélica da Conceição Fidalgo, Manuel da Silva Santos (Colmeal) José Pereira Mendes D. Matilde das Dores (Larangeira), D. Rosa Camoegas, Dr. Paula Santos, Alberto da Silva Nogueira.

80\$00 Alfredo Mendes de Oliveira.

30\$00 D. Hermínia Rosa, António da Silva Ferreira (Cabeças).

20\$00 D. Leonor A. Nunes (Colmeal) D. Rosa da Graça (Portelão) D. Maria de Jesus (Porto D'ouro).

Elias Tavares Cravo

MÉDICO-ESPECIALISTA

Doenças dos olhos - Operações

Consultas no Hospital de Figueiró dos Vinhos, no 1.º e 3.º sábado de cada mês, às 9h 30m.

VENDEM-SE

Casa de habitação com rés-do-chão, primeiro e segundo andares, sótão e cave, na Rua Dr. António José de Almeida, desta vila, onde se encontra instalado o quartel da G. N. R.; e Casa de habitação com 01 jas, primeiro e segundo andares, na Travessa da Fonte, desta mesma vila.

Informa o Sr. Acúrcio Portela — Figueiró dos Vinhos.

FALECIMENTOS

Hermínia de Jesus Ladeira

Com 84 anos, faleceu no dia 2 deste mês, nesta vila a Sr.ª Hermínia de Jesus Ladeira viúva de Manuel Simões Ladeira, naturais de Aldeia da Cruz.

Deixa nove filhos, residindo quatro nesta freguesia, quatro em São Paulo-Brasil e um em Lourenço Marques. Passou os seus últimos dias na casa de sua filha, esposa do nosso amigo Sr. Joaquim da Silva rodeada de todos os carinhos e meticolosa assistência médica e farmacêutica.

A sua bondade grangeou-lhe devotas simpatias pelo que deixa profunda saudade em todos aqueles que com ela privaram.

A numerosa família enlutada e em especial ao nosso prezado assinante Sr. Joaquim da Silva, apresentamos sentidos pêsames.

Joaquim Ferreira de Almeida

Com a idade de 77 anos faleceu nesta vila no dia 5 do Corrente o Sr. Joaquim Ferreira de Almeida, viúvo da Senhora Alzira da Conceição.

Era pai dos Senhor José da Conceição Ferreira, industrial de Serração e Carpintaria; Fernando da Conceição Ferreira e Joaquim da Conceição Ferreira, este residente em África; sogro das Sr.ªs D. D. Maria Angela Ferreira, Matilde Ferreira, Mabilde da Conceição Coelho e avô da Menina Maria Madalena Angela Ferreira e do Sr. José Mendes Ferreira.

O Sr. Joaquim Ferreira foi uma das maiores dedicações com que a Filarmónica sempre contou.

No funeral que foi muito concorrido, incorporando-se muitos elementos executantes e directivos da colectividade.

«O Norte do Distrito» apresenta as suas condolências à família enlutada e especialmente ao Sr. José da Conceição Ferreira.

José Simões

Faleceu no passado dia 5 no lugar da Lavandeira o Senhor José Simões, casado com a Sr.ª Conceição de Jesus. Era pai das Sr.ªs Antónia, Maria Rosa, e Floripes de Jesus Simões e dos Srs. Augusto e Leonel de Jesus Simões.

No funeral que se realizou no dia seguinte para o cemitério de Figueiró, incorporando-se muitas pessoas de várias categorias sociais.

Apresentamos os nossos pêsames à família que se encontra de luto e especialmente ao nosso estimado assinante Sr. Leonel de Jesus Simões.

José Leitão

No dia 31 de Janeiro, faleceu no lugar da Lavandeira, o Sr. José Leitão, casado com a Sr.ª Rosalina da Conceição.

Era pai das Sr.ªs Maria Assunção, Hermínia, Beatriz, e Faustina da Conceição Leitão e dos Senhores José e João da Conceição Leitão.

Sentidos pêsames.

Vende-se

dois talhões de terra para urbanização ao cimo desta vila junto à Capela de S. Sebastião.

Nesta Redacção se informa.

Anunciar em «O Norte do Distrito» é fazer chegar os produtos de V. Ex.ª a todo o mundo.

Comissão de Melhoramentos das Bairradas

17.ª LISTA DE DONATIVOS

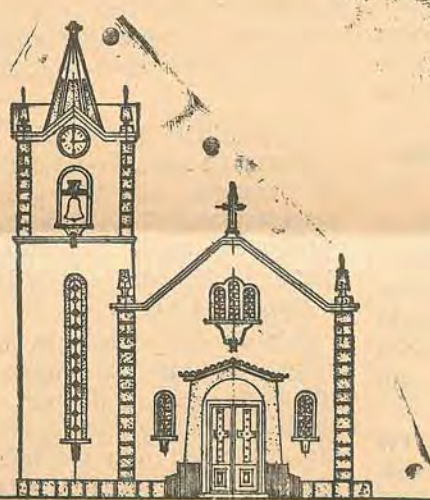
	Saldo anterior	52 765\$30
Albino Martins Malho (Pontão)		1 000\$00
José Rodrigues David Paiva (Bairradas)		500\$00
Bernabé da Silva Almeida (idem)		500\$00
Mabilia Silva Dimis (idem)		500\$00
Osidro Martins Simões (idem)		250\$00
Angelo da Conceição dos Reis (idem)		150\$00
Vasco da Conceição Silva (Figueiró)		50\$00
Diversos		130\$00
	Saldo a transportar	55 845\$00

Nota:

Num dos próximos números serão apresentadas as contas respeitantes às obras efectuadas na construção da torre da capela.

Figueiró dos Vinhos, 25 de Janeiro de 1968.

A COMISSÃO



Banco Português do Atlântico

COMENTARIO TÉCNICO DO BALANÇO DE 1967

O Banco Português do Atlântico manteve em 1967 a alta taxa de crescimento que tem caracterizado a vida desta instituição.

Esta é a conclusão que se pode extrair da análise do Relatório, Balanço e Contas agora publicado de cuja leitura se pode observar com particular destaque:

— A notável subida de depósitos que de 10.979 milhares de contos, em 1966, ascenderam a 13.240, com uma correspondente expansão do crédito.

— O acentuado reforço da já muito sólida situação financeira da Instituição que verá, após aprovação do Relatório, os seus Fundos Próprios — Capital e Reservas — aumentados para a impressionante verba de 750 milhares de contos

— A ampla liquidez decorrente de um volume global de disponibilidades na ordem dos 2.840 milhões de escudos.

— A dinâmica gestão de negócios comprovada pela evolução das receitas gerais que atingiram a expressão de 547 milhares de contos contra 479, em 1966.

— A segurança e prudência de critérios administrativos que conduziram à constituição de 84 milhares de contos de Provisões e Amortizações, figurando o lucro líquido em 68 milhões de escudos.

Conhecida a íntima ligação que prende ao Banco Português do Atlântico o Banco Comercial de Angola, justificam-se referências à grandeza global dos recursos financeiros postos à disposição das duas organizações bancárias e ao crédito por elas distribuído:

BAPTIZADO

Na Igreja de S. Domingos em Castanheira de Pera foi celebrada a cerimónia do primeiro Sacramento da menina Dida Isabel, filha querida da Senhora D. Maria Isabel Lajoso Mondego, e de seu marido, nosso amigo e assinante, Sr. Jaime Mondego, competente debuxador de lanifícios.

Celebrou o solene acto o Rev.º Padre Aurélio, servindo de padrinhos a Sr.ª D. Dida Tomaz Henriques e seu marido Sr. José Tomaz Henriques, industrial de lanifícios.

Seguiu-se um abundante copo-d'água, oferecido pelos pais da nova católica e servido por uma das melhores casas de especialidade de Coimbra.

Desejamos as maiores venturas à linda neófito para completa felicidade de seus pais.

Pela Redacção

A Senhora D. Isabel Bugalho Semedo teve a amabilidade de nos fazer entrega da importância das assinaturas dos Srs. Engenheiro Cláudio Semedo e Gerente Bancário Mário Firmino, seus filho e genro respectivamente.

Os nossos agradecimentos.

José Ferreira

A regularizar a sua assinatura esteve nesta redacção este nosso amigo e assinante, residente em Fontão Fumido. Gratos pela visita.

SOLDADOS DA PAZ

No dia 3 do corrente, no edificio pa sede dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, realizou-se uma interessante festa de confraternização.

Reuniram-se em alegre convivio o corpo activo com a sua direcção e comandos.

Foi servido um óptimo e bem confeccionado jantar que deu origem a amistosa e proveitosa troca de impressões, entre dirigentes e dirigidos, num desejo único de elevação e engrandecimento da valorosa e patriótica Corporação.

Gentis Senhoras dedicadas à causa dos Voluntários, foram inextinguíveis em eficiência e amabilidade no serviço de mesa, para o qual se ofereceram voluntariamente, não destoando em nada a norma da Casa.

Usou da palavra em nome dos Sócios o Sr. Fernando Pires, seguindo-se-lhe o Sr. Professor Alvaro Lopes que em nome da imprensa afirmou que ela estará sempre ao dispor dos Bombeiros Voluntários dentro dos salutaros princípios de digna colaboração na divulgação das suas aspirações.

O Sr. Dr. Henrique Lacerda falou na dupla qualidade de Director e de Presidente da Câmara, tecendo eloquentemente um hino ao valor dos heróicos voluntários de Portugal com palavras de convincente estímulo para os novos inscritos e de agradecimentos aos que já deram o generoso contributo à nossa Corporação em dias de triste recordação mas de feitos gloriosos, prestando também a sua homenagem ao Comandante Roda.

Encerrou a série de discursos o novo Comandante Sr. Marques da Silva com vigorosas palavras de fé nos destinos das altruístas e humanitárias Corporações dos Soldados da Paz, fazendo também uma curiosa definição do que é ser Bombeiro.

Todos os anteriores oradores foram unânimes em realçar os serviços prestados à Corporação pelo competente chefe Marques da Silva, agora 1.º Comandante e pelo 2.º Comandante Telhada numa extraordinária e benéfica colaboração em prol da humanidade.

Cartas à Redacção

É sempre agradável a quem se dedica ao jornalismo, defensor de determinada Terra ou Região saber que o seu esforço é compreendido.

Por hoje queremos assinalar a recepção de uma carta do Sr. José Joaquim Rosa de Matos residente em Lisboa.

É o caso que agora queremos assinalar de uma amável carta do nosso amigo Sr. José Joaquim Rosa de Matos, residente em Lisboa.

Depois de algumas palavras amigas que muito agradecemos, diz-nos aquele nosso prezado assinante:

«Devo dizer-lhe também que li com bastante agrado o artigo de Joel Campo de Matos, sobre Campelo e seus melhoramentos, artigo esse, cheio de interesse e oportunidade, pois ele, versa um assunto que se tornou na grande aspiração de todos os indivíduos da região; o da ligação da almejada estrada entre Castanheira de Pera e o lugar das Relvas, que segundo o articulista, são

A Carta do Comerciante

Foi com justificada satisfação que a classe comercial tomou conhecimento no passado dia 29, pela voz autorizada do Senhor Ministro da Economia, da homologação, para breve, do Estatuto do Comerciante.

Esse esperado, e há muitos anos desejado, documento legal que há-de regular tão grande e importante sector da vida nacional, vai com certeza ter uma excepcional projecção na vida económica e social do nosso País.

A laboriosa e digna classe dos comerciantes portugueses, de tão honrosas tradições, bem vinculadas nos mercados interno e externo, não foi possível durante as duas últimas guerras, expurgar do seu seio um cortejo de recém-chegados oportunistas, que vieram com a ideia fixa de se servirem dela sem qualquer escrúpulo.

Basta que o anunciado regulamento consiga livrar o bom comerciante da *erva daninha* que se desenvolve tantas vezes à sua volta numa concorrência desleal e anti-económica, para que ele deva ser recebido de braços abertos.

Mas nós vamos mais longe na nossa fé, quanto ao valor desse documento, quando aprovado e devidamente integrado na Corporação do Comércio.

Estamos convencidos que além de representar um Escudo de Defesa contra os fora de lei, ele permitirá uma mais ampla protecção aos que a respeitam.

No nosso meio comercial, local, predomina o comércio grossista, o que não quer dizer que devamos menosprezar por esse motivo o comércio retalhista.

O índice de rendimento de qualquer deles podemos avaliá-lo pelo número de casas que têm fechado sem que se vislumbrem interessados na abertura de outras para as substituírem.

Uma das razões atribuídas a este facto surpreendente é o actual sistema de tributação.

A classe comercial como todas as outras não podia deixar de ser chamada a colaborar, dentro das suas possibilidades e patrioticamente, na actual conjuntura de factos anormais, motivados por uma guerra que de fora nos

é imposta e para a qual em nada contribuímos.

O comércio aceitou como é seu dever e com a melhor vontade os impostos de que o Estado não pode prescindir e sem os quais estaria em jogo a própria sobrevivência da Pátria, que ninguém pode discutir, por não haver outro caminho que não seja o da sua integridade.

Há no entanto uma corrente grande que sem sair destes princípios, desejaria ver esses impostos, especialmente o tão falado Imposto de Transações, cobrado na origem e ali incluído no próprio preço da mercadoria.

Realmente o sistema seria mais prático, mais económico e sobretudo mais eficiente.

Temos no entanto que ter em conta que não foi de ânimo leve que a lei actual ou qualquer outra foi feita. Só depois de muitos estudos, planeamentos, pareceres de altas e competentes individualidades, as leis são aprovadas para poderem ser executadas.

Aguardamos entretanto que aos comerciantes depois de aderirem o seu Estatuto e devidamente integrados na sua Corporação, lhes seja dada oportunidade de resolverem os seus problemas para dignidade da Classe sem esquecer a defesa da Pátria.

Novo Vice-Presidente

— DA PAGINA 1

que sem elas, se encaminha para um estado paupérrimo, devido à tendência cada vez maior do homem procurar a sua fixação nos centros industriais.

Agradeceu também ao Sr. José de Abreu a espontaneidade com que acedeu a servir mais uma vez o concelho em lugar onde podesse ser prestável.

Dirigindo-se ao novo Vice-Presidente, o Sr. Dr. Lacerda com seu conhecimento de causa, soube pôr bem em evidência as dificuldades que se deparam a quem quer administrar um concelho pobre, aceitando a eterna luta de fazer o máximo, com o mínimo de recursos.

Não esqueceu no entanto o lado optimista da questão: as horas boas, oferecidas pela certeza do dever cumprido.

Por fim falou o Sr. José Simões de Abreu que agradeceu a confiança nele depositada, fazendo também a análise dos lados bom e mau; da honra e do sacrificio de servir, prometendo dedicar uma parte importante da sua vida, agora mais livre, ao seu concelho.

Antes de terminar fez um caloroso e sincero elogio à grandiosa obra realizada no nosso concelho pelo Dr. Henrique Lacerda, apoiando nesse motivo a razão do seu desejo de lhe prestar colaboração com o melhor das suas possibilidades.

Por fim e num significativo abraço o Sr. Governador Civil ofereceu-lhe a sua colaboração.

Além das pessoas referidas, assistiram a este acto, os Srs. Dr. Ernesto Lacerda, ilustre Deputado da Nação; Padre Lacerda, Director de «O Mensageiro»; José Francisco Dinis e Bernardo Pimenta, Presidentes das Câmaras de Castanheira de Pera e Leiria, respectivamente; Dr. Quaresma Ferreira, Advogado; José Abreu Nunes, Chefe da Secretaria da Câmara de Figueiró e os Vereadores Adelino Joaquim Coelho e Fernando Simões Pires.

Visado pela Comissão de Censura